

DIREITO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES: UMA EXPERIÊNCIA EXTENSIONISTA

Alisson Santos Medeiros¹
Emanuelly Cristina Eudorico Gonçalves²
Luciana Karla Silva Cavalcanti³
Nayara Tatianna Santos da Costa⁴
Kiara Tatianny Santos da Costa⁵

RESUMO

Este texto se originou de uma ação extensionista realizada no âmbito da disciplina de Política e Legislação da Educação Básica, que buscou aproximar Universidade e Escola, a partir da promoção do diálogo sobre direitos de aprendizagem previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA, com estudantes do ensino fundamental. Desse modo, constitui-se como um relato de experiência, com abordagem crítico-reflexiva, por meio das vivências e interações estabelecidas nas rodas de conversa. Destaca-se a partir disso, que há muitas lacunas acerca do conhecimento sobre o ECA, e experiências dessa natureza podem ocupar um lugar importante na formação de licenciandos e de jovens da Educação Básica, no sentido de problematizar temas necessários e explorar com maior profundidade e ludicidade, aproximando estes saberes do universo desse público.

Palavras-chave: ECA, Formação, Práticas.

INTRODUÇÃO

O Estatuto da Criança e do Adolescentes (ECA) é um conjunto de leis que se direcionam ao cuidado de pessoas menores de 18 anos que vivem no Brasil. Ele foi criado no dia 13 de julho de 1990, sendo ele a Lei nº 8.069.

Como sendo uma lei, é de se imaginar que o ECA discorre sobre diversos artigos e capítulos dos quais não será possível comentar detalhadamente sobre cada um deles. Sendo assim, discorreremos sobre os mais relevantes para a aplicação do nosso projeto.

De acordo com essa lei, pessoas de 0 a 12 anos incompletos são consideradas crianças e de 12 a 18, adolescentes. A eles, são assegurados diversos direitos tais como os direitos

¹ Graduando do Curso de Matemática da Universidade Federal de Campina Grande - UFCG, alissonsantos16@gmail.com;

² Graduanda do Curso de Matemática da Universidade Federal de Campina Grande - UFCG, emanuellycristina2013@gmail.com;

³ Graduanda do Curso de Matemática da Universidade Federal de Campina Grande - UFCG, luh.cel.ri@gmail.com;

⁴ Doutora em Educação, UFPB. Mestrado em Educação, UFPB. Graduação em Pedagogia UEPB, nayara.tatianna@professor.ufcg.edu.br;

⁵ Doutora em Educação, UFPE. Mestrado em Educação, UFPB. Graduação em Pedagogia UEPB, kiara.tatianny@professor.ufcg.edu.br

fundamentais da sociedade humana, dentre esses direitos existem o da educação, à cultura, ao esporte e ao lazer, que é o que busca desenvolver e preparar uma pessoa

Com relação à educação, são dispostos diversos direitos dos quais alguns deles serão citados ao decorrer do presente trabalho. No Artigo 53 do Capítulo IV, podemos observar em sua composição o direito à igualdade e também de condições que permitam que as crianças e os adolescentes possam frequentar e permanecer na escola. Além disso, dentre todos os direitos citados em tal artigo, o de acesso à escola pública e gratuita e que seja próxima de sua residência é de grande importância.

Para Silva (2018), o ECA ressalta a importância da participação ativa de crianças e adolescentes em processos educativos, incentivando a construção de uma educação mais democrática e inclusiva. Dessa maneira mostrando que as crianças e adolescentes possuem o direito de participarem de algumas de decisões em relação a sua educação.

Assim, o ECA assegura às crianças e aos adolescentes o ensino gratuito de todos os níveis da educação básica nas redes estaduais e municipais, podendo esse ensino ser ofertado nos três períodos, ou seja, matutino, vespertino e noturno. A escola também tem a responsabilidade de acionar o conselho tutelar caso observe alguma irregularidade do estudante nas suas atividades escolares.

Também é de responsabilidade das instituições de ensino, esporte ou lazer, conscientizar as crianças e os adolescentes sobre o uso de drogas, ou seja, buscar a prevenção para que elas não venham a utilizar esses meios lícitos e ilícitos futuramente.

Carvalho (2019), ressalta que no âmbito da educação, o ECA prevê medidas protetivas para crianças e adolescentes em situações de vulnerabilidade, buscando assegurar o acesso e a permanência na escola. Todas as crianças e adolescentes devem ir à escola, onde estarão sendo acolhidos pelos os profissionais da educação.

Os pais e/ou responsáveis também têm o dever de conhecer o processo pedagógico e buscar participar dos processos educacionais. Desse modo, com a participação dos responsáveis no processo de ensino aprendizagem das crianças e adolescentes é possível ter um acompanhamento entre escola e família.

Diante de todo o exposto, tivemos como objetivo apresentar e discutir o ECA e a educação de crianças e adolescentes de maneira interativa para que sejam esclarecidos alguns conceitos referentes ao tema proposto e para mostrar aos participantes quais seus direitos como crianças e/ou adolescentes.

METODOLOGIA

Foi feita uma discussão por meio de uma roda de conversa atrelada a uma atividade lúdica sobre o tema “O ECA e a educação de crianças e adolescentes” com até 15 alunos do 9º ano do ensino fundamental II da Escola Cidadã Integral Estadual de Ensino Fundamental e Médio José Rolderick de Oliveira em Nova Floresta - PB. Inicialmente, procuramos a direção da escola para que a permissão fosse concedida e para que pudéssemos realizar a roda de conversa.

Tivemos também que levar em consideração alguns equipamentos que eram necessários para o desenvolvimento das atividades propostas, tais como: projetor, notebook, elaboração de slides, confecção de material impresso, utilização da lousa e pincel. Com relação aos slides, tivemos total cuidado em fazer uma elaboração chamativa, que despertasse interesse.

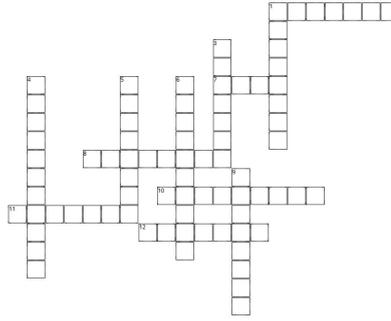
No mais, levando em consideração outros fatores diagnosticados, estabelecemos pré-requisitos para a participação da nossa roda de conversa. Esses pré-requisitos se desdenharam entre os citados abaixo:

- 1) Domínio de leitura;
- 2) Predisposição em participar da roda de conversa;
- 3) Predisposição para conhecer sobre seus direitos e deveres.

Visto isso, a roda de conversa foi iniciada por meio da apresentação de uma curta-metragem intitulada “O Fim do Recreio” de Vinicius Mazzon e Nélio Spréa referente ao tema para que posteriormente ela pudesse ser discutida em conjunto com os participantes. Feito isso, aplicamos palavras cruzadas atreladas ao jogo da força para que eles pudessem se enturmar com os conceitos do ECA. Essa aplicação se deu da seguinte maneira:

- 1) Primeiramente, entregamos as palavras cruzadas;

Palavras cruzadas sobre o ECA



Horizontais

1. Significado do "C" da sigla ECA
7. Até que idade o ECA considera criança?
8. É dever do estado assegurar ensino fundamental
10. A partir de que idade o adolescente pode começar a trabalhar?
11. Até que idade o ECA protege o menor?
12. Órgão responsável por fiscalizar os direitos da criança e do adolescente (segundo nome)

Verticais

1. Órgão responsável por fiscalizar os direitos da criança e do adolescente (primeiro nome)
3. O principal objetivo da educação é desenvolver um
4. Significado do "A" da sigla ECA
5. O menor exerce direito a enquanto estuda
6. O ECA protege a criança a antes mesmo do seu
9. Significado do "E" da sigla ECA

2) Pedimos para que tentassem responder às perguntas individualmente utilizando lápis grafite para que em caso de erro pudessem reescrever suas respostas;

3) Discutimos junto a eles sobre suas respostas;

4) As questões que eles não souberam responder foram desmistificadas por meio de um jogo da forca;

5) Dividimos os participantes em dois grupos para que o jogo da forca fosse realizado;

6) Cada grupo disse uma letra por vez até que um deles acertasse a palavra e marcasse em suas palavras cruzadas;

7) A cada nova palavra descoberta, houve um comentário.

Por fim, foi feita a coleta dos nomes dos participantes por meio de uma lista de presença para que pudéssemos emitir um certificado com carga horária de duas horas.



RESULTADOS E DISCUSSÃO

Diante do que foi planejado, é possível afirmar que a aplicação, de maneira geral, foi bem sucedida. Assim como previsto no projeto, os alunos atenderam às condições necessárias para o bom desenvolvimento da dinâmica. Inicialmente, foi apresentado aos alunos um curta-metragem que abordava sobre o ECA. Todos mostraram-se concentrados. Foi possível discutir junto a eles, após o fim do vídeo, algumas ideias que ele trazia, tais como: a luta pelos direitos enquanto alunos. Tentamos mostrar a eles por meio deste curta que estar na escola é um direito deles e que caso existam causas das quais eles não estão satisfeitos, eles têm o direito de ir em busca de melhorias, assim como mostra o curta-metragem.

Antes de prosseguirmos com o desenvolvimento deste tópico, é importante deixar claro ao leitor algumas informações acerca do vídeo que levamos para os alunos. Em suma, trata-se de um curta-metragem que traz a polêmica ideia da retirada do recreio escolar em prol da economia. Diante disso, os alunos (atores) acabaram por se mobilizar e ir em busca de seus direitos, em que um deles era o momento do recreio. No vídeo, é possível observar a tamanha repercussão que esse movimento estudantil trouxe e o poder que um grupo de alunos pode ter ao ir em busca dos seus direitos.

Diante disso, foram elaborados alguns questionamentos que puderam ser discutidos após a apresentação da mídia, para que eles pudessem compreender melhor a proposta. Pudemos discutir acerca dos direitos que os atores mirins estavam buscando e alguns dos alunos comentaram que eles estavam em busca do direito pela merenda, uma vez que estando na escola por tanto tempo isso era uma das coisas básicas que deveriam ser proporcionadas aos estudantes e isso é bem importante de ser destacado.

Ainda sobre esse momento de apresentação do curta, introduzimos a proposta que nos trazia até lá. Relacionando a apresentação com o tema, questionamos se o recreio escolar se encaixaria em um dos direitos da criança e do adolescente. Nesse momento, eles puderam compartilhar suas opiniões, trazendo à tona que passar o dia inteiro na escola sem ter pelo menos um momento em que pudessem descansar e fazer outra coisa além de estudar é algo importante e que esse também é o momento de repor suas energias. Eles também puderam deduzir o poder que eles têm sobre a possibilidade de questionar sobre seus direitos, mostrando a importância de falar acerca do ECA em sala de aula.

Após esse momento rico em compartilhamento de informações e discussões, assim como previsto, foi proposto a eles a resolução de um caça-palavras voltado ao ECA. Foi bem

interessante observar que eles tinham uma certa facilidade em responder às perguntas propostas, tornando os resultados disso bem mais interessantes. No entanto, observou-se que havia alunos que precisavam de dicas para poder preencher o papel, o que foi proporcionado a eles, até porque estávamos ali para mostrar a eles sobre seus direitos e não era pré-requisito disso que soubessem tudo acerca do Estatuto. Quando esse momento foi finalizado, pudemos discutir junto a eles algumas das perguntas que vinham no caça-palavras. Dentre todas as perguntas e respostas, achamos interessante separar algumas delas para podermos discutir melhor. Uma delas questionava sobre o dever do estado em assegurar ensino fundamental gratuito, mostrando a eles que até mesmo estar ali tendo a oportunidade de estar em um ambiente escolar de qualidade sem que isso tenha que ter um custo é um direito proporcionado a eles.

Além disso, também achamos necessário destacar a idade em que o adolescente pode começar a trabalhar. Foi importante destacar esse ponto pois a criança e o adolescente devem ter total direito a exercer seu papel de criança e/ou adolescente. O momento de trabalho já traz à tona uma responsabilidade gigantesca e a eles deve ser dada inicialmente a dedicação integral aos estudos. É evidente que chega um momento em que o adolescente pode trabalhar e exercer seu papel de trabalhador, desde que isso não afete seu desenvolvimento na escola e isso foi importante de ser destacado para eles.

No terceiro momento, referente ao “jogo da força” os alunos mostraram-se totalmente competitivos em pontuar. A sala, assim como dito anteriormente, foi dividida em dois grandes grupos. Alguns dos alunos e/ou grupos apresentaram uma certa dificuldade em deduzir qual era a palavra proposta, mas acabaram obtendo sucesso em suas respostas. A ideia da aplicação desse jogo era justamente apresentar algumas palavras chaves que resumiam alguns dos direitos que encontram-se no ECA. A partir da descoberta de cada palavra, explicamos a eles a ideia por trás dela e a importância por trás da sua definição.

Ao final disso, conseguimos observar que trazer essa ideia do ECA para a sala de aula por meio de atividades lúdicas tornou-se uma ótima forma de mostrar aos estudantes os seus direitos. Eles puderam aprender sobre isso de uma maneira que não acabasse sendo chata, já que pessoas da idade deles talvez não tivessem interesse em discutir tal assunto se este fosse abordado de uma maneira mais formal.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em suma, por meio da aplicação desse projeto, foi possível discorrer sobre conceitos relacionados ao ECA de maneira que instigou a curiosidade e interesse daqueles que participaram dela. Assim, mesmo que o ECA seja um conjunto de leis que não puderam ser discutidas do início ao fim, considerando que para nós foi definida uma parte em específico relacionada à educação, discutir sobre ela com pessoas que estavam adentradas nela e que fizeram parte do público assegurado pela própria lei tornou tudo ainda mais interessante. Foi observado que os objetivos deste projeto foram alcançados e que de alguma forma o público envolvido pôde compreender melhor sobre seu papel na escola e sobre a luta pelos seus direitos.

Além disso, também é comum de se pensar que, embora asseguradas por essa lei, as crianças e/ou adolescentes que participaram da nossa roda de conversa não tinham ou quase não tinham um conhecimento sobre o ECA, portanto, discutir sobre isso fez com que eles entendessem sobre seus direitos especificamente dentro da escola. Melhor que isso, puderam aprender e discutir sobre isso de maneira lúdica, o que foi algo bastante atrativo para esse público.

AGRADECIMENTOS

Gostaríamos de expressar nossa sincera gratidão às professoras Nayara Tatianna Santos da Costa e Kiara Tatianny Santos da Costa pelas suas valiosas contribuições e orientações durante a realização deste artigo. Suas expertises e conhecimentos na área foram fundamentais para o desenvolvimento das nossas ideias e para a qualidade do trabalho final.

Além disso, agradecemos pela disponibilidade em fornecer feedbacks construtivos e sugestões que contribuíram para aprimorar nosso trabalho. A dedicação de vocês e comprometimento são exemplos inspiradores. Muito obrigado por compartilharem o tempo vocês e seus conhecimentos conosco.

REFERÊNCIAS

BEZERRA, Juliana. **Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)**. Toda Matéria, 2018. Disponível em: <<https://www.todamateria.com.br/estatuto-da-crianca-e-do-adolescente-eca/>>.

CARVALHO, José Murilo de. (2019). *Cidadania no Brasil: O Longo Caminho*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

DF: Presidente da República. **Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)**. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm>.

MAZZON, V, SPRÉA, N. **O Fim do Recreio**. YouTube, 2013. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=t0s1mGQxhAI>>.

SILVA, José Afonso da. (2018). *Curso de Direito Constitucional Positivo*. 42ª ed. São Paulo: Malheiros Editores.